

PROGRAMA TERRITÓRIOS NEGROS – KOINONIA

Relatório sobre a viagem dos quilombolas da Ilha da Marambaia (RJ)

Objetivos da viagem

A comunidade de remanescentes de quilombo da Ilha da Marambaia decidiu ir à Brasília para obter informações junto aos órgãos do governo sobre o processo de regularização de seu território. Em maio deste ano, o Superintendente do Incra-RJ, Mario Lucio Machado Melo, informou que o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), uma das principais etapas do procedimento de regularização fundiária, estava concluído. Segundo a instrução normativa n. 20 da autarquia, uma vez finalizado, o RTID deve ser publicado no Diário Oficial, o que não ocorreu até então.

Diante da paralisação do processo, e de informações de que um Grupo de Trabalho composto por órgãos civis e militares do governo estaria tratando do assunto de forma extra-oficial, a comunidade e as entidades da *Campanha Marambaia Livre!* decidiram que os quilombolas da Marambaia deveriam ir à Brasília cobrar das autoridades explicações sobre as negociações em torno da regularização das terras, além de garantir que passariam a ser ouvidos na resolução desse conflito, já que são umas das partes protagonistas da questão.

Outras justificativas para a ida à Brasília:

- Denunciar às autoridades governamentais a violação de direitos da comunidade por parte da Marinha, que desde que assumiu a administração da Ilha impõe uma série de restrições aos moradores;
- Cobrar a intervenção do Estado, que por omissão acaba sendo conivente com a situação;
- Pressionar o governo a executar políticas públicas na Ilha para que a comunidade tenha acesso aos direitos básicos, como luz, saneamento, entre outros.

Papel dos representantes de KOINONIA: Organizar a viagem; agendar as audiências e reuniões; acompanhar as ações; registrar os acontecimentos; auxiliar nas discussões, caso fosse solicitada pela comunidade; e divulgar a viagem e seus resultados.

26 de junho - Saída do Rio de Janeiro

O ônibus saiu do Rio de Janeiro para buscar os quilombolas em Itacuruçá, às 10 horas da manhã. No total, havia 26 quilombolas, entre eles ex-moradores da Ilha e representantes da Associação Quilombola do Estado (Acquilerj). Além disso, três pessoas da equipe de KOINONIA, que atua junto à comunidade da Ilha da Marambaia desde 2001. A viagem durou mais do que o esperado e chegamos em Brasília às 9 horas (quase 23 horas depois).

Dia 27 – Reuniões previstas: Fundação Cultural Palmares e Secretaria Especial de Direitos Humanos

Por conta do atraso na chegada, a primeira reunião, com a procuradora da Fundação Cultural Palmares, Dra. Ana Maria Oliveira, foi realizada junto com a do Dr. Perli Cipriano, representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ambos ouviram as reivindicações da comunidade e se comprometeram a acompanhá-la nas outras audiências.

Ana Maria revelou que de fato a Marinha enviou uma proposta de área e de ocupação da Ilha e que os órgãos civis do governo (FCP, MDA, Seppir, Incra) elaboraram uma resposta conjunta que aguardava o retorno do comando militar. Ela disse ainda que na reunião com a Casa Civil (na quinta-feira) os quilombolas poderiam ter acesso a esses documentos. Mas procurou tranquilizar a comunidade dizendo que nada seria definido sem consulta à comunidade, assim como vem ocorrendo em Alcântara.

Nesse dia, o *Correio Brasiliense* entrevistou Vânia Guerra, presidente da Associação Quilombola da Marambaia (Arqimar) e publicou matéria no dia seguinte.

Dia 28: Reuniões previstas: Senador Paulo Paim; Incra Nacional; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Defesa

Devido à impossibilidade de reunir o Senador Paulo Paim, o coordenador-geral do Incra para Regularização de Territórios Quilombolas, Rui Leandro Santos, e Renata Leite, assessora do Ministro Guilherme Cassel, do MDA, a comunidade teve que se dividir em dois grupos para atender às reuniões marcadas para o mesmo horário.

MANHÃ

Grupo A – 1ª reunião - Senador Paulo Paim

Infelizmente, o Senador Paulo Paim teve que comparecer a uma audiência pública e não pôde receber pessoalmente os quilombolas. De qualquer forma, sua assessora, Maria Denize Campela, recebeu o dossiê entregue pelos quilombolas, ouviu o relato da situação da comunidade e reiterou o compromisso do senador com o movimento e a Campanha. A assessora disse que o senador poderia fazer um pronunciamento no plenário do Senado Federal e estaria disposto a contribuir para a realização de uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, assim como foi feito no Rio Grande do Sul em prol da Comunidade Remanescente de Quilombo Família Silva.

Grupo A – 2ª reunião - Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados

A segunda reunião do grupo foi com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, dep. Luiz Eduardo Greenhalgh, e com a sua assessora Sônia Palhares. O Deputado admitiu que não conhecia a situação da comunidade, mas ao ler o Dossiê entregue, que relatava que o Relatório do Incra estava pronto mas ainda não havia sido publicado, decidiu logo ligar para o Presidente do Incra Rolff Backart e pedir esclarecimentos. Backart explicou que o Relatório será publicado tão logo as negociações conduzidas pela Casa Civil se encerrem. O Deputado então ligou para a Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, mas não conseguiu encontrá-la. De qualquer forma, o Deputado assumiu o compromisso de obter maiores esclarecimentos sobre a negociação conduzida pela Casa Civil e sobre a existência de uma fazenda de algas de propriedade privada.

Grupo B – 1ª reunião - MDA e Incra

Enquanto isso, o grupo que compareceu à reunião com o MDA e Incra não foi atendido com a mesma abertura. Para surpresa dos quilombolas, o representante do Incra Rui Leandro Silva declarou que a ida da comunidade à Brasília não faria muita diferença no processo de titulação de suas terras. Segundo ele, os quilombolas já foram ouvidos quando o laudo antropológico foi feito em 2003. Silva também informou que as negociações feitas entre os órgãos governamentais

estavam apontando para a criação de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), como forma de apaziguar os conflitos entre a Marinha e a comunidade. A assessora do MDA, Renata Leite, explicou que o TAC serviria para estipular como a Marinha e os quilombolas utilizariam e ocupariam certas áreas da ilha. A Marinha tem interesse que os treinamentos militares, por exemplo, continuem a ser feitos em alguns trechos de praia que estão dentro do território reivindicado pelos quilombolas. Estes, por sua vez, alegaram que esse compartilhamento de uso da área comprometeria a pesca, principal fonte de sobrevivência dos ilhéus. A reunião foi então encerrada sem maiores compromissos da parte do Incra e do MDA no sentido de garantir a publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, concluído desde maio pelo Incra-RJ.

Grupo B – 2ª reunião - Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão

A seguinte reunião do grupo foi com a Dra. Ela Wiecko, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão. A Dra. Wiecko já conhece há cerca de seis anos a trajetória da luta dos quilombolas da Ilha, mas admitiu que ultimamente não tem recebido informações. Seu Dionato, morador da Marambaia e ex-presidente da Arqimar, declarou que os quilombolas estavam ali presentes para pedir o apoio da procuradora para ajudá-los a garantir o direito à propriedade de suas terras. A situação atual foi exposta e a Dra. Wiecko explicou que, por sua experiência, acreditava que a tendência de processos como esse era ser levado para uma disputa no judiciário, caminho que em geral não se sabe quanto tempo pode levar para ser resolvido. De qualquer maneira, ela afirmou que o movimento dos ilhéus já havia se fortalecido muito desde o seu início. Prova disso é a ida deles à Brasília para reivindicar seus direitos. Além disso, declarou que poderia ajudar no sentido de divulgar para o máximo de juristas possível a situação de violações de direitos humanos vivida na Ilha. Finalizou sugerindo que o Ministério Público Federal de Angra, que vem acompanhando o caso, se articule com a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para que as ações movidas tenham mais chances de obter êxito.

OBS: Tanto a procuradora da FCP quanto o Dr. Perli Cipriano não compareceram às reuniões como haviam se disposto no dia anterior.

TARDE

Devido a diversos contratempos, não foi possível realizar a reunião com a representante do Ministério do Meio Ambiente. Cabe ressaltar, entretanto, que a representante do MMA informou que também não poderia comparecer à reunião no horário estipulado.

Reunião com Ministério da Defesa

O agendamento da audiência com o Ministério da Defesa teve como intermediários o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), o Deputado Luiz Alberto (vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos que já conhecia a causa) e a Deputada Ana Maria Guerra. Houve o comunicado de que o Ministro Waldir Pires não estaria presente porque já tinha marcada uma viagem ao Haiti, mas que a comunidade seria recebida pelo chefe de gabinete Ricardo Midlej. No entanto, o gabinete informou que, devido a problemas para encontrar um espaço para receber toda a comitiva, Midlej só receberia seis pessoas. Tentamos argumentar que isso não seria o ideal, mas ao final tivemos que enviar por e-mail o nome das seis pessoas.

Já em Brasília, perto do horário da audiência (marcada para as 15:30h), ligaram confirmando a visita. Mais uma vez, dissemos que era desejo da comunidade de que todos fossem recebidos. O gabinete do Ministro informou que o número máximo de pessoas seria 15. Chegando lá, somente as 15 pessoas autorizadas

subiram. A própria procuradora da Fundação Palmares, Ana Maria Oliveira, até então não havia conseguido permissão para participar. Os quilombolas estavam muito nervosos, mas mesmo assim, quando o chefe de gabinete chegou, acompanhado de mais quatro senhores que não se apresentaram, exigiram que as outras 15 pessoas subissem, ainda que tivessem que ficar de pé. Diante da insistência, o chefe de gabinete concordou e a reunião foi transferida para um auditório.

O chefe de gabinete começou a conversar com Vânia Guerra, presidente da Associação da Marambaia, perguntando o motivo da audiência. Os outros presentes protestaram, pedindo que ele deveria abrir para todos a discussão. Vânia então começou dizendo que estavam ali para saber como estavam sendo conduzidas as negociações a respeito da titulação das terras quilombolas. Midlej explicou que eles não deveriam se preocupar, porque não havia riscos de que a comunidade fosse removida.

Os moradores da Ilha começaram a relatar casos de arbitrariedade por parte da Marinha para ilustrar como o único poder público presente na Ilha é a Marinha. O chefe de gabinete rebateu dizendo que a comunidade havia recebido uma visita do Grupo de Trabalho do governo há cerca de um ano explicando o impasse. Vânia disse que era difícil lembrar, pois a passagem dos representantes do governo foi muito rápida, e quase ninguém da ilha pôde ser avisado de tal visita.

Depois dos relatos, Vânia perguntou diretamente se haveria redução da área. Midlej respondeu e a procuradora da Palmares confirmou que não. O que estaria sendo proposto é um TAC, para definir o modo de convivência entre a Marinha e os quilombolas.

Os quilombolas saíram satisfeitos não propriamente com as respostas, que não foram muito convincentes, mas principalmente com o fato de terem conseguido romper o bloqueio de falar abertamente sobre seus problemas com representantes das Forças Armadas.

De qualquer forma, tudo indicava que as respostas mais concretas seriam dadas pela Casa Civil.

Dia 29: Reuniões previstas: Casa Civil e 6º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

Manhã - Reunião com Casa Civil

Depois de ouvir os diversos órgãos envolvidos nas negociações – FCP, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Incra e Ministério da Defesa –, os quilombolas foram para a reunião com a Casa Civil cientes de que deveriam confrontar as informações até então obtidas. A dúvida a respeito da área a ser titulada em favor da comunidade ainda pairava. O prazo para que o impasse se resolva também continuava incerto. E, principalmente, o que os quilombolas podiam esperar do governo em relação à titulação e à implementação de políticas públicas.

Assim como ocorreu com o Ministério da Defesa, a Casa Civil havia pedido o nome de apenas 10 pessoas para participar da reunião. No entanto, talvez por terem sido informados de como os quilombolas reagiram a isso no dia anterior, a Casa Civil logo autorizou a entrada de todas as pessoas da comitiva.

A audiência estava marcada com Luis Henrique Paiva, Assessor da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil. Ele estava representando Miriam

Belquior, responsável pelas negociações com a Marinha. Cabe ressaltar que o agendamento dessa reunião foi um dos mais difíceis, pois Luis Henrique afirmava que a Casa Civil não tinha nada de concreto para dizer aos quilombolas. No entanto, argumentamos que se há um ano eles estavam ouvindo a Marinha, não custava nada eles ouvirem a comunidade, que poderia trazer uma nova visão sobre o conflito. De qualquer forma, houve pressão do Conic e do Inesc para que a reunião se realizasse. Além dos quilombolas e da comitiva da Campanha da Marambaia, participaram da reunião a Procuradora da FCP, a Diretora de Programas da Seppir, Maria Palmira da Silva, Renata Leite, assessora do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Sônia Palhares, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e Pastor Clay, do Conic.

Logo de início, Paiva explicou a todos os presentes que o Governo Federal não estava poupando esforços para defender os interesses da comunidade. Informou que as negociações com a Marinha não eram fáceis e que nada estava garantido. De qualquer forma, afirmou que sempre é melhor negociar do que optar por um enfrentamento no Judiciário, que poderá levar muitos anos. Paiva aproveitou a oportunidade para dizer que havia estranhado a declaração de Vânia Guerra na matéria do jornal *Correio Braziliense*, em que dizia: "Não sabemos o que acontece e como estão resolvendo nossa vida." Para ele, isso era uma visão errada, mas que talvez tivesse vindo do jornalista que escreveu a reportagem.

Vânia explicou que não havia engano, que o sentimento dos quilombolas era aquele mesmo. Afinal, durante quase um ano, o governo nunca assinalou que estaria sabendo da situação real dos quilombolas e muito menos de que estava empenhado em resolvê-la. Ela disse que ao contrário, os quilombolas sentiram que tinham que ir à Brasília para falar frente a frente com todos, pois quando vão à Ilha, os órgãos governamentais sempre estão com o comando da Marinha e muitas vezes nem falam com a comunidade. Vânia mencionou a visita que Miriam Belquior havia feito na semana anterior, quando sobrevoou a ilha e isso nem foi comunicado aos moradores. Outras quilombolas, como Adriano, Dionato e Bárbara, mencionaram a visita do Presidente Lula durante o Carnaval, que não os recebeu; do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que depois escreveu uma carta no jornal *O Globo* contestando a identidade quilombola dos ilhéus; da Ministra Matilde Ribeiro, da Seppir, que falou com a comunidade, mas sempre acompanhada de militares. Nesse momento, a representante da Seppir, Maria Palmira, admitiu que a Seppir tem ficado distante da comunidade e disse que a Ministra Matilde havia designado Ianê Germano (também presente) para servir como interlocutora da Seppir junto aos quilombolas da Ilha. Também comunicou que a Ministra havia voltado de viagem e estava disposta a recebê-los naquele mesmo dia à tarde.

Com isso, os quilombolas queriam mostrar que não havia nada que indicasse que o governo estaria a seu lado. Adriano, um dos representantes quilombolas, ressaltou que para a Marinha o tempo de negociação não interferia, já que os militares continuam construindo e ampliando suas casas, dispõem de energia elétrica e todo o conforto. Enquanto isso, os quilombolas continuavam tendo que abrigar os filhos que se casam e constituem novas famílias dentro de uma só residência. As casas existentes correm risco de desabar a qualquer momento. Daí a pressa dos quilombolas e a calma dos militares.

Luiz Henrique Paiva então disse que infelizmente não tinha como estipular um prazo, mas que nas próximas semanas a Marinha estaria enviando a resposta à proposta elaborada pelos órgãos civis do governo. Não pôde garantir também que a questão se resolveria ainda nesta gestão do Governo Lula.

Maria da Guia, moradora da Ilha, quis saber se a comunidade poderia desde já começar a reformar ou ampliar as casas. Paiva respondeu que depois da titulação

tudo seria possível. Os quilombolas voltaram então a reclamar da omissão do governo, dizendo que a sensação que tinham era que a autoridade máxima para eles não era o Presidente da República, mas sim o Comando Militar. Disseram ainda que era muito difícil a comunicação com o governo atual, que em princípio era voltado para os grupos mais vulneráveis.

Renata Leite do MDA entrevistou dizendo que em outras épocas os quilombolas nem seriam recebidos e que isso já era um avanço deste governo. Bárbara, moradora da ilha, reagiu dizendo que o governo não estava fazendo nenhum favor ao recebê-los. Disse também que a atitude do atual governo não transparecia, já que em fevereiro deste mesmo ano, durante um Simpósio na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, professores e alunos de uma instituição federal ignoraram a existência de uma comunidade remanescente de quilombo na Ilha da Marambaia, ao não incluir os quilombolas em seus estudos sobre a região.

Depois desse mal-estar, o representante da Casa Civil pediu um pouco mais de paciência e confiança por parte da comunidade. Ele alegou que é sempre melhor um mau acordo do que uma boa briga, referindo-se a que o governo não queria que o caso fosse levado ao judiciário. Explicou que a Secretaria do Patrimônio da União havia expedido um termo de entrega à Marinha na década de 70, o qual não fazia referência à ocupação da comunidade. Daí, portanto, uma dificuldade de exigir da Marinha uma conduta de concessões aos moradores. Luiz Henrique finalizou dizendo que a Casa Civil não quer expor as diferenças entre as partes do governo. Só quer mostrar à comunidade a proposta final quando houver consenso entre os órgãos governamentais envolvidos no caso. E isso talvez possa acontecer nas próximas semanas ou não.

Ao final, a procuradora da FCP se comprometeu a ir à ilha para explicar melhor como seria conduzido o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) ao qual todos os órgãos se referiam. A reunião terminou com os quilombolas dizendo que não aceitavam estar fora das negociações, pois, ainda que os órgãos dissessem estar defendendo seus interesses, ninguém melhor que a própria comunidade poderia fazê-lo.

Tarde – 1ª Reunião - 6º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal

A reunião com a Dra. Deborah Duprat serviu para acalmar os ânimos, já que os quilombolas não obtiveram nenhuma resposta concreta por parte da Casa Civil. A Dra. Duprat, que já acompanhou a situação da Ilha da Marambaia anos atrás, ouviu os novos relatos sobre as constantes violações de Direitos Humanos a que estão submetidos os moradores da Ilha. Ela disse ser uma atitude de irresponsabilidade a Casa Civil ter condicionado a implementação de políticas públicas à concretização do processo de regularização fundiária. Além disso, reafirmou que o caso da Marambaia não deveria ser tão complicado, que era uma questão de vontade política. Ela ainda sugeriu que a comunidade entrasse em contato urgente com o IPHAN, que poderia garantir a preservação do patrimônio histórico da comunidade.

A Dra. Duprat disse estar totalmente à disposição da comunidade e apoiaria o Procurador do MPF de Angra no que ele precisasse. Ela tomou o depoimento de um dos jovens da Ilha a respeito das dificuldades que existem para continuar estudando, uma vez que os horários da embarcação da Marinha (único meio de transporte para a população) não contribuem para isso. A reunião foi encerrada com a Dra. Duprat incentivando os quilombolas a cobrarem uma atitude de maior compromisso por parte da Seppir, com quem seria a próxima e última reunião.

A produtora do Programa de TV Interesse Público pediu imagens da Ilha da Marambaia à KOINONIA para fazer uma matéria sobre o caso que deverá ir ao ar

Tarde – 2ª Reunião – Ministra Matilde Ribeiro da Secretaria Especial de Promoção de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)

A reunião começou sem a presença da Ministra Matilde. Vânia iniciou queixando-se da dificuldade que havia para entrar em contato com alguém da Seppir, que inclusive havia sido difícil marcar uma audiência em Brasília. Também se queixou de como foi feita a visita da Ministra à Ilha no dia 12 de abril, acompanhada de militares, o que intimidou os quilombolas. Relatou que quando o helicóptero trazendo a comitiva da Ministra pousou, ela e outras pessoas da comunidade tiveram que ficar atrás de algumas árvores para vê-la. A assessora da Seppir, Maria Isabel, que fez parte da comitiva, reconheceu que viu quando isso aconteceu.

A Ministra então chegou e disse que estava à disposição para ouvir as demandas da comunidade. Laura Maria, representante da Acquilerj que acompanhou os quilombolas, perguntou por que as políticas públicas não chegam na Ilha. Danielle, filha de Adriano de Lima ex-morador da Ilha, levantou a questão de que a Dra. Deborah Duprat havia dito que a Seppir poderia implementar as políticas antes da titulação.

A Ministra Matilde começou ressaltando a grande conquista que é existir uma Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no país. No entanto, alegou que quando se está no governo, fora do movimento social, "a gente tem limites". "O fato da Seppir não atender a todas as demandas de vocês não é traição é só o jogo institucional", completou. A Ministra disse que de qualquer forma estava designando Ianê Germano especialmente para atender a Marambaia. "Talvez vocês também vão estranhar a mudança de postura dela, já que agora ela fará parte do governo e não mais da sociedade civil."

Quanto à visita que fez à ilha em abril acompanhada de oficiais da Marinha, ela afirmou que o objetivo não era discutir a titulação das terras com os militares. Na verdade, ela simplesmente queria que eles soubessem de sua existência, queria apenas se apresentar. Vânia Guerra declarou que não foi isso que os militares disseram.

Quanto às negociações sobre o processo de regularização fundiária da Ilha, a Ministra declarou que estão sendo coordenadas pela Ministra Dilma, da Casa Civil. Segundo Matilde Ribeiro, após diversas reuniões do Grupo de Trabalho, formado por órgãos civis e militares, chegou-se a um ponto que não havia mais avanços nas negociações com a Marinha. Por isso, o caso começou a ser mediado pela Ministra Dilma, que disse não aceitar brigas internas entre órgãos do governo e que, caso ela não resolva a questão, esta será decidida pelo presidente Lula.

Adriano de Lima pediu para que a Ministra não permita novamente que o tratamento dado pelas autoridades que visitam a ilha seja diferenciado entre os militares e a comunidade. Não queremos ter privilégios, apenas exigimos isonomia por parte do governo.

A Ministra da Seppir entregou o protocolo acusando o recebimento do Dossiê entregue pela comunidade. Ela informou que não cabe à Seppir implementar as políticas públicas, mas somente servir como intermediadora. Assim, se comprometeu a ler o Dossiê, que ela acreditava trazer novas demandas, e pediu um prazo de 40 dias para consultar os ministérios competentes e apresentar aos quilombolas o quadro de previsão para a chegada de políticas na ilha.

De qualquer forma, o sentimento de frustração foi geral entre os quilombolas, que esperavam uma posição mais contundente por parte da Ministra.

Considerações finais

Apesar da bateria de audiências e do cansaço da viagem, em todas as reuniões os quilombolas se mostraram bem dispostos e cada vez mais seguros ao expor sua situação e seus objetivos. Talvez o momento mais tenso tenha sido a reunião com o Ministério da Defesa, principalmente quando tiveram que insistir para que todos da comitiva estivessem presentes na reunião.

Essa segurança e determinação também apareceram quando os órgãos iniciavam as audiências com uma certa frieza, afirmando que os quilombolas não precisariam ter ido à Brasília, que deveriam se tranquilizar quanto às negociações do Grupo de Trabalho, que estaria empenhado em defender seus interesses. Mas isso não fez com que a comunidade recuasse em seu desejo de querer ser ouvida e exigir esclarecimentos. Ao contrário, isso parecia instigá-la ainda mais a apresentar com o máximo de detalhes como é viver na ilha sob a administração da Marinha.

Invariavelmente, os representantes do governo acabaram se sensibilizando, reconhecendo que era totalmente legítima a reivindicação da comunidade de querer se inteirar sobre as negociações. Afinal, eles ficam somente sabendo o que a Marinha permite. Além disso, muitas vezes esses representantes do governo sentiram-se bastante incomodados, principalmente o da Casa Civil, quando a comunidade declarava que na ilha quem mandava era a Marinha e não o Presidente. Eles então reagiam, muitas vezes concordando que a Marinha era muito prepotente, reacionária.

O mapa que compõe o Dossiê Marambaia 2006, elaborado junto aos pescadores, também ajudou muito os quilombolas a se expressarem, mostrando total consciência do conteúdo do Laudo Antropológico, que definiu a área reivindicada por eles. Além disso, embora tenham reivindicado a implementação de políticas públicas na ilha e denunciado os atos da Marinha contra a população, todos concordaram que as discussões deveriam ser direcionadas essencialmente para a questão da titulação. Não houve, portanto, nenhuma contradição ou discórdia em relação a como se colocar. Isso demonstrou coesão e objetividade do grupo. O mapa também fez com que muitos quilombolas que em geral se mantêm mais retraídos se pronunciassem, apresentando argumentos contundentes para defender a área que reivindicam.

Finalmente, embora não tenham conseguido as informações e compromisso de que a questão se resolverá logo e de forma satisfatória, os quilombolas expressaram muita alegria por terem colocado tudo o que queriam aos órgãos do governo, sem se intimidar. De fato, é muito diferente receber manifestos ou cartas de organizações do movimento social denunciando a situação do que ter a própria comunidade frente a frente repudiando a omissão do governo e exigindo seus direitos. Essa ação da ida à Brasília fortaleceu os laços entre os quilombolas, assim como concedeu à Associação Quilombola da Ilha da Marambaia maior credibilidade. A repercussão na mídia, ainda que principalmente em meios de comunicação do terceiro setor, também serviu como indicador de que o movimento quilombola, em nível regional e nacional, deve assumir com total segurança o papel de principal protagonista de sua luta.

Onde o evento foi divulgado (todos podem ser acessados pelo Observatório Quilombola)

- Site de Koinonia
- Site Observatório Quilombola

- Agência de Notícias Adital
- Boletim virtual da 6ª Câmara
- Site Comunique-se
- Repórter Brasil
- Jornal Atual (site e impresso)
- Site Cimi
- Site Cedefes
- Correio Braziliense
- Site da Associação Nacional de Procuradores da República
- Site da OIT
- Site Biodiversidad
- Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Site do Incra
- Revista Fórum - Um outro mundo em debate
- Site do Senador Paulo Paim